

# Salário mínimo e Auxílio Brasil vão acompanhar alta da inflação

Projeção foi feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento de turismo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que os ajustes fiscais necessários para garantir os recursos para financiar a despesa com a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 ao mês passam pela introdução da tributação de lucros e dividendos com o IR (Imposto de Renda) e não por mudanças nas regras de reajuste do salário mínimo ou de vinculação dos valores mínimos dos benefícios da Previdência ao salário mínimo. No início de 2023, haverá reajuste do salário mínimo pelo menos pela inflação, garantiu o ministro. E o menor valor pago pela Previdência será equivalente a esse valor reajustado.

“Estamos com o jogo correndo, não vamos mudar as regras”, afirmou Guedes, após fazer uma apresentação sobre o cenário econômico durante uma reunião de diretoria da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), na sede da entidade no Rio. “Em janeiro e fevereiro, os aposentados e o salário mínimo serão corrigidos pelo menos pela inflação”, completou.

Segundo o ministro, uma PEC (Proposta de Emenda à

Constituição) está “combinada politicamente” para introduzir a tributação de lucros e dividendos com o Imposto de Renda. Atualmente, esse tipo de rendimento é isento de IR – o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributa a renda auferida pelas pessoas físicas com o lucro empresarial.

Essa nova receita será “bastante acima”, disse o ministro, dos novos gastos previstos para 2023. Nas contas de Guedes, são R\$ 69 bilhões em novas receitas contra R\$ 52 bilhões de despesas. O ministro não especificou quais novos gastos estão incluídos no segundo valor, se há alguma outra despesa além da manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 ao mês – o custo fiscal das medidas lançadas nos últimos meses pelo governo federal tem sido estimado em torno de R\$ 65 bilhões.

Guedes sinalizou também com um aumento salarial linear para todo o funcionalismo público federal. Nas contas do ministro, um reajuste de 5,5% para todos elevaria a despesa em já R\$ 10 bilhões ao longo de um ano.

De acordo com Guedes, a



GARANTIA. Valores serão ajustados em 2023 segundo o ministro

PEC já combinada precisa ser apresentada ao Congresso Nacional e votada o mais rápido ao possível, “logo depois” do segundo turno das eleições gerais, marcado para o dia 30. O objetivo é garantir os recursos para financiar as novas despesas já no início de 2023.

Além disso, nesta semana, a equipe econômica prepara uma série de medidas na área fiscal para evitar um *wai-ver* (espécie de licença para ampliação de gastos) no teto de gastos (a regra fiscal que limita o crescimento das despesas públicas de um ano ao valor do ano anterior reajustado pela inflação).

Segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, o conjunto de medidas planejadas incluiria mudanças na forma como o valor do salário mínimo é reajustado e na vinculação desse valor ao pagamento mínimo dos benefícios da Previdência.

Na entrevista no Rio, Gue-

des esclareceu que essa série de medidas, que vai além do previsto para a PEC que garantirá os recursos para o Auxílio Brasil, ainda está em estudo. O objetivo dessas medidas seria “fazer a adequação do teto de gastos, que é cheio de goteiras”, enquanto o “coração” da PEC já combinada é para pagar Auxílio Brasil. “Ninguém vai usar mudança de regra fiscal para prejudicar salário mínimo e aposentados”, afirmou Guedes.

Embora o ministro tenha refutado as informações sobre mudanças no reajuste do salário mínimo e na vinculação dos benefícios da Previdência, ele defendeu o princípio de fazer o “DDD” - mudar a Constituição Federal para desvincular receitas de determinados gastos, desindexar despesas a índices de inflação ou valores específicos, como o salário mínimo, e desobrigar o governo de fazer determinados gastos.

(do Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 6